

Reflexões sobre a gestão de territórios e o uso de recursos naturais em unidades de conservação de uso direto: o caso da RDS Amanã, AM¹.

Edna Ferreira Alencar
Universidade Federal do Pará, Brasil

Resumo:

A presença de grupos sociais, referidas pelo termo “populações tradicionais”, em unidades de conservação de uso direto, como as RDS, está condicionada a obediência a normas estabelecidas pela legislação ambiental, expressa no SNUC, que visa ordenar a forma de ocupação do território e de uso dos recursos naturais existentes nessas UCs. Com o ordenamento do território de uma RDS, efetivado através de um plano de manejo que pressupõe a adoção de condutas territoriais e práticas econômicas sustentáveis, os grupos sociais, organizados em torno das comunidades, definem regras e critérios de acesso e uso dos recursos existentes em seus territórios particulares. Eles devem realizar a gestão desses recursos a partir da adoção de práticas de manejo de algumas espécies, o que lhes garante o direito de explorar comercialmente estes recursos. Este trabalho faz uma reflexão sobre os conflitos socioambientais existentes na RDS Amanã, AM com o objetivo de mostrar que tais conflitos giram em torno do controle de territórios e do acesso a recursos, feito por um grupo social, provocam uma dinâmica territorial e ameaça atividades de gestão dos recursos. Identificar os atores e as causas desses conflitos é uma etapa importante para a proposição de estratégias de administração do uso e manejo desses recursos e administração de tais conflitos.

Palavras-chave: *Conflitos socioambientais, territórios, sustentabilidade*

Introdução

Na década de 70 do século XX o crescimento do movimento ambientalista a nível mundial, e a realização de diversos encontros internacionais, entre os quais se destacam a Conferência da Biosfera (1968) e a Conferência de Estocolmo (1972), gerou uma mobilização global para a implementação de uma agenda ambiental internacional, cujos reflexos serão sentidos no cenário político brasileiro. Vários países foram pressionados a criar áreas protegidas, como os parques nacionais e as estações ecológicas, com o objetivo de conservar certos nichos ecológicos onde a presença humana era considerada uma ameaça à integridade desses ambientes.

Várias áreas de proteção ambiental foram criadas na década de 70, principalmente em regiões onde seriam construídas grandes obras de engenharia que causariam impactos ambientais significativos, como parte de uma política de ordenamento geopolítico do território brasileiro, levado a cabo pelos governos militares (Becker 1989 e 1990; Barreto Filho 2001). O modelo de áreas protegidas vigente neste momento era marcado pela ruptura entre a natureza e as sociedades humanas, onde estas eram vistas como a principal ameaça a integridade da primeira. Somente no final dos

¹ “Trabalho apresentado na 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil.”

anos 80, com a publicação do relatório da Comissão Bruntland, que gerou o documento “Nosso futuro comum” (CMMAD 1987) é que se começou a considerar “a idéia de que as populações tradicionais são atores fundamentais para a conservação da diversidade biológica” (Rios 2001 p. 55). O conceito que passou a nortear as ações dos diferentes agentes, como o Estado e ONGs foi o de desenvolvimento sustentável que propõe “um *equilíbrio* entre uma visão “naturalista” e uma visão “social” da moderna questão ambiental” (Drummond 2006).

A partir dos anos 1990, com a criação de novas categorias de áreas protegidas, consolidadas numa legislação específica, o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), aprovada em 2000, essas áreas passaram a ser denominadas genericamente de unidades de conservação. Com o SNUC teve início um novo momento da política ambiental no Brasil, com a definição de novos critérios para a criação de áreas protegidas. Agora, além de se considerar a grande importância biológica das áreas a serem preservadas, também houve a preocupação com as populações humanas que habitam essas áreas, ao enfatizar uma parceria entre homem e natureza e retomando, assim, um valor presente nas sociedades tradicionais, como as sociedades indígenas. O viés da sustentabilidade social e ambiental, como expresso na noção de equidade que prevê a solidariedade intrageracional, orientou a nova política de criação de áreas protegidas com a criação de novas categorias como as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). O objetivo principal desse novo movimento ambiental, conhecido como socioambientalismo, foi conciliar a preservação de recursos naturais e da biodiversidade, com a melhoria da qualidade de vida das populações residentes nessas unidades de conservação da natureza.

A legislação ambiental brasileira representada pelo SNUC estabelece normas e diretrizes quanto à criação, manutenção e formas de uso dos recursos das unidades de conservação existentes no Brasil, que estão divididas em dois principais grupos: as que admitem a presença humana, como as Resexs e as RDS, e as que são destinadas apenas a fins de pesquisa e preservação da biodiversidade, não admitindo a presença humana, como as Estações Científicas, as Reservas Biológicas, dentre outras.

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável são unidades de conservação que visam à conservação da biodiversidade, através do seu uso sustentado, pelas populações que nelas residem. Para que haja a sustentabilidade na forma de uso dos recursos naturais é importante que sejam observadas as determinações da legislação ambiental referente às atividades de manejo, as quais devem ser orientadas para buscar “o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação” (SNUC, 2000).

Considerando este aspecto, é que no processo de implantação de uma RDS, conforme prevê o SNUC, faz-se necessário planejar a forma de uso e de ocupação do território através do zoneamento, que deve considerar dois aspectos fundamentais: a questão demográfica e a definição de territórios destinados a usos distintos. Estes aspectos estão relacionados com as estratégias de uso dos recursos naturais, que ocorre via o controle do acesso aos territórios, e através da elaboração de regras de uso do espaço e a regulamentação da entrada de novos moradores. Tais regras visam solucionar problemas relacionados com o crescimento demográfico e, principalmente, com a definição do tamanho ideal da população de uma RDS, de modo a que esta não entre em conflito com o objetivo básico de preservação da biodiversidade e garantia da qualidade de vida da população residente.

No processo de implantação da reserva Amanã as ações do Instituto Mamirauá se estenderam às populações que residem no entorno das reservas, e que são consideradas como usuárias, pelo fato de desenvolverem atividades diversas dentro do território da reserva. O objetivo é garantir tanto “as condições e os meios necessários a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais” (SNUC Art. 28), quanto celebrar acordos e definir regras de uso dos recursos existentes na reserva, que devem se pautar pelo que está previsto na legislação. Para a realização deste objetivo é necessário que o órgão responsável pela implementação e gestão da RDS tenha informações sobre o processo de ocupação humana do território da reserva, sobre as formas históricas de uso dos recursos naturais e sobre os fatores presentes no processo de definição dos territórios sociais. Estes espaços territoriais, por serem alvos de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população que aí residem, podem atrair novos moradores, ou mesmo incentivar a permanência da população na área, que historicamente tem migrado para as áreas urbanas em busca de melhores condições de vida. O crescimento descontrolado da população de uma RDS pode afetar o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação dos recursos naturais. A busca do equilíbrio entre o crescimento demográfico e a conservação dos recursos naturais é uma questão que preocupa tanto a população residente numa RDS quanto o órgão responsável por sua administração.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA) é uma unidade de conservação criada pelo governo do Estado do Amazonas através do Decreto 19.021/98. A Reserva é administrada pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, IPAAM, e implementada pela Sociedade Civil Mamirauá (SCM). Localizada entre o Rio Negro e

o baixo curso do Rio Japurá, a Reserva possui uma área total de 2.313.000 ha abrangendo terras dos municípios de Maraã, Coari, Barcelos e Codajás. A maior parte dos terrenos da RDSA é de formação geológica velha, do período Terciário, caracterizado pelas áreas conhecidas como terra firme. Outros terrenos são de formação mais recente e datam do Holoceno e do Pleistoceno (AYRES 1993; IDSM 1996). Ao redor do lago Amanã são encontrados terrenos com a presença de florestas de terra firme e de várzea, com matas de igapó, abrigando pequenos lagos de água branca (IDSM 2006). Nas áreas de várzea verifica-se a ocorrência de terra caída e a formação de novas terras que dão origem a ilhas que aos poucos vão alterando a configuração da paisagem do lago (Alencar 2007). Estas ilhas formam paranás, bloqueiam a entrada dos que já existem, e formam pequenos lagos de água preta.

A população de moradores e usuários da RDSA é de 3.259 pessoas e 514 domicílios, distribuídos em 69 localidades (IDSM 2006). As principais atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores são a pesca, o extrativismo vegetal e a agricultura, com o cultivo de mandioca para a produção de farinha, além de outras culturas como a banana, a melancia etc. Existem 24 comunidades na área focal da RDSA, e maioria das comunidades está localizada nas áreas de terra firme, em torno do Lago Amanã e Urini. As demais comunidades estão localizadas ao longo do Rio Tambaqui, e paranás Amanã e Coraci, em ambiente de terra firme e de várzea. A população geralmente faz uso dos dois ambientes, em alguns casos escolhendo um deles para residência e o outro para fazer roças, criar animais etc.

A definição do termo “conflito socioambiental”

O tema dos conflitos socioambientais tem ocupado lugar de destaque nas ciências sociais nas duas últimas décadas, como reflexo do processo do crescimento do movimento ambientalista, das políticas de conservação da natureza e promoção do desenvolvimento sustentável, e do processo de criação de áreas preservadas. Trata-se de da uma arena política onde os recursos naturais e o meio ambiente, emergem como atores importantes, e cujo controle coloca em oposição grupos sociais com ideologias, práticas econômicas e interesses muito divergentes. Algumas abordagens utilizadas para analisar este tipo de conflito não conseguem dar conta das especificidades que caracterizam as várias situações rotuladas com este termo, ou seja, não existe uma abordagem teórico-metodológica que seja capaz de responder as questões colocadas pelas diferentes realidades. Segundo Barbanti Jr. (2006) as análises dos conflitos tem

polarizados dois campos distintos, onde de um lado esta uma visão marxista que “acredita que a fonte dos conflitos se encontra nas relações socioeconômicas, que necessariamente colidem entre si e com isso provocam a mudança do sistema capitalista”, de outro lado, esta uma visão funcionalista a qual atribui “a existência dos conflitos à natureza humana, e sustenta que é possível “resolver” conflitos por meio da mudança nessas relações” (Barbanti Jr 2006 p. 02).

A partir dos anos 80 do século XX as mudanças que ocorreram a nível mundial associadas tanto ao crescimento do movimento ambientalista quanto à falência dos sistemas políticos e econômicos dos países do bloco socialista levou a busca de novos referenciais teóricos que não fossem pautados nos conflitos de classe social como principal fator de mudança. Neste momento o enfoque das análises enfatizam a busca do consenso como ponto central para a resolução de conflitos (Barbanti Jr. 2006). No entanto, este enfoque não consegue dar conta das especificidades que os conflitos adquirem e não consideram que o conflito é parte inerente da vida em sociedade, e que os grupos em confronto não são monolíticos, e sim formado por pessoas com interesses muitas vezes diferentes. Nesse sentido, cabe trazer aqui uma discussão breve sobre a noção de grupo, como proposta por Simmel (1983), o qual considera que ao falarmos de grupo não estamos nos referendo a algo homogêneo, onde não se observa diferenças e tensões. A “interação entre elementos” ou a sociação (Simmel 1983 p. 123) ocorre quando um grupo que possui uma co-existência num espaço-tempo adota formas de cooperação e de colaboração, onde também está presente a tensão e o conflito. Trata-se de uma questão importante a ser incorporada nas análises de conflitos socioambientais, uma vez que a tendência tem sido considerar os grupos em conflitos como sendo uma unidade, movida por interações harmoniosas. Trata-se de uma realidade onde também estão presentes elementos que geram dissensos (Simmel 1983).

Segundo Paul Little (200), uma contribuição importante para a análise dos conflitos socioambientais vem da ecologia política, cujo referencia teórico-metodológico permite caracterizar este tipo de conflito como um embate entre grupos sociais, que apresenta uma dimensão social e cultural. Nesta metodologia o foco central da pesquisa não é um grupo social, e sim o conflito, pois quando falamos de conflitos socioambientais na perspectiva da ecologia política estamos nos referindo a “um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (Little 2006 p. 15). Portanto, numa abordagem antropológica do conflito o foco da atenção se volta não apenas para as lutas políticas e

para os interesses econômicos que mobilizam os diferentes atores, como também para a observação de “aspectos cosmológicos, rituais, identitários e morais que não sempre são claramente visíveis desde a ótica de outras disciplinas” (Little 2006 p.16). O autor propõe uma metodologia etnográfica para o estudo deste tipo de conflito, a “etnografia multiator” a qual toma o conflito como foco central da etnografia, e não apenas um grupo social. Considerando-se que o pesquisador tem que lidar simultaneamente com vários grupos sociais, pois os conflitos envolvem diferentes grupos sociais, é necessário, inicialmente, identificar os distintos atores sociais e os recursos ambientais envolvidos no conflito. Na apresentação dos diversos grupos sociais, o etnógrafo deve destacar suas principais reivindicações e os meios que dispõem para legitimá-las. Outro passo importante é analisar com esses atores interage entre si, e como cada um deles interage com seu meio biofísico e com seu meio social. Esse mapeamento das interações políticas permite entender a dinâmica própria de cada conflito e também identificar as reivindicações de cada grupo e suas respectivas cotas de poder formal e informal (Little 2006). A identificação dos interesses e das reivindicações dos grupos com relação aos recursos naturais e ao território, deve ser seguido por um levantamento das interações que existem entre cada um dos atores sociais dentro de uma arena política, pois um conflito geralmente envolve diferentes atores que possuem distintos níveis de articulação social, que não se restringe apenas ao âmbito local, mas pode ter uma escala regional e estadual (Little 2006).

Os conflitos resultam das distintas formas como se dá a interação dos diferentes atores entre si e destes com o meio ambiente natural - um ator importante a ser considerado, pois cada grupo social possui uma ideologia e um modo de vida específico que o particulariza, e também o faz entrar confronto (Little 2006). Outro aspecto importante é a questão da temporalidade do conflito, ou seja, um conflito pode ficar latente por vários anos, sem que ele se manifeste, dependendo assim de fatores diversos para que o mesmo se torne visível. Trata-se de uma leitura do conflito que aponta para a existência de uma dinâmica interna que é alimentada pelas várias alianças que os grupos em conflito formam. Além de buscar entender a dinâmica interna do conflito, identificando as polarizações e as alianças, e as variações das mesmas no tempo, quando as posições dos distintos grupos “mudam de tal forma que antigos aliados se transformam em inimigos ou vice-versa” (Little 2006 p. 80), o etnógrafo deve buscar entender ou identificar as diferentes táticas e estratégias utilizadas pelos grupos sociais para alcançar seus objetivos.

Na análise deste tipo de conflito também é importante considerar o papel do Estado, seja intervindo por meio de legislações ambientais, seja através de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável. Segundo Barbanti Jr, tais políticas se relacionam a questão de conflitos sociais sejam “aqueles que já existem na sociedade como aqueles que de alguma maneira são “colocados em movimento” pela introdução de práticas de sustentabilidade” (Barbanti Jr 2006 p. 04) que visam regular as relações entre as sociedades humanas e seus ambientes.

Os conflitos socioambientais em Amanã

Para entender os conflitos socioambientais que ocorrem na RDS Amanã é necessário conhecer o processo de formação dos grupos sociais que deram origem às comunidades, e as especificidades de sua territorialidade. Estes grupos adotam certos critérios que definem as fronteiras desses territórios, e as regras de acesso aos recursos naturais aí existentes. Também é necessário identificar os principais atores, os interesses que mobilizam cada um deles e a posição de poder dentro das comunidades. Segundo registros feitos durante pesquisa realizada no setor Tijuaca (Alencar 2008), num primeiro plano, os conflitos estão relacionados ao uso de recursos naturais e ao acesso a territórios, e envolvem moradores de uma mesma comunidade, moradores de outras comunidades da RDS Amanã e moradores de comunidades situadas na RDS Mamirauá. Mas outros fatores também devem ser considerados: i) a existência de uma produção econômica que tem na pesca a principal fonte de renda das famílias; ii) a redução das áreas de terras disponíveis para a agricultura devido a fatores ambientais (terra caída) e sociais (crescimento da população); iii) a criação de animais (porco e gado branco) de forma extensiva, que destroem as plantações; iv) a entrada de pessoas “de fora” nas comunidades, geralmente oriundas da área urbana, atraídas pelo aumento da oferta do recurso pesqueiro. Essas pessoas estabelecem diferentes vínculos com os moradores, seja como comerciantes (realizando a compra de peixe e a venda de gelo e mercadorias), seja através do casamento, o que lhes dá direito de acesso aos recursos; v) o desrespeito às regras de manejo de recursos naturais, e aos acordos de pesca.

Nossa hipótese é que as dificuldades encontradas para realizar a pactuação ou ajuste de conduta se devem a alguns fatores: i) a existência de uma crise de autoridade associada às condutas e aos tipos de interações que algumas lideranças locais estabelecem com pessoas “de fora”, com reflexos negativos sobre sua capacidade de construir um consenso dentro das comunidades; ii) a existência de conflitos de outra

natureza (diferenças ideológicas no âmbito religioso); iii) o fato da agregação dos moradores ser motivada para a exploração de recursos naturais, e não por fatores ideológicos que apontem para a existência de uma identidade (de parentesco, conservacionista) ou um projeto de sociedade sustentável (Ferreira et al. 2007). Tais dificuldades estão refletidas tanto na desmobilização política interna das comunidades, quanto na desmobilização política das comunidades (Alencar 2008 e 2010). Neste cenário se pode acrescentar, ainda, as tensões relacionadas aos processos de afirmação de identidades étnicas, que se manifestam na disputa pelo controle de recursos e territórios. Portanto, o trabalho procura mostrar que os conflitos socioambientais são construídos nas relações sociais, sendo necessário conhecer sua historicidade, identificar os conflitos pré-existentes na comunidade e aqueles que, de alguma maneira, são “colocados em movimento” (Barbanti Jr. 2006) com a introdução de projetos de manejo de recursos naturais, que tendem a normatizar o acesso a recursos naturais e a territórios. Dessa forma não corremos o risco de relacionar os conflitos socioambientais apenas às políticas de promoção do desenvolvimento sustentável. Segundo Ferreira et al (2006) os conflitos promovem as mudanças na organização do uso dos recursos naturais e não a agregação de sujeitos ao redor de uma identidade conservacionista ou projeto de sociedade sustentável, como pretende a literatura especializada no assunto.

Atividades de pesquisa desenvolvidas junto a moradores de comunidades situadas na reserva Amanã por pesquisadores do Instituto Mamirauá, apontaram para a existência de várias situações de conflitos que tem como pano de fundo a delimitação e a defesa de territórios sociais, o controle do acesso a recursos naturais, e a sobreposição de territórios e de direitos (Neves 2005), e conflitos de interesses internos aos próprios grupos em conflito. Portanto, conhecer os processos de constituição, administração e controle dos territórios sociais por parte das populações locais é de fundamental importância para entendermos o contexto e historicidade dos conflitos.

A existência de famílias que afirmam ter a propriedade de vastas extensões de terras e que mantêm sob seu controle territórios fartos em recursos naturais, suscita várias situações de tensões e conflitos, tanto com o órgão que realiza a administração das reservas, o IDSM, quanto com os moradores das varias comunidades e demais atores que fazem uso desses territórios. Um dos pontos centrais dos conflitos é que esses supostos proprietários se recusam a participar de atividades de manejo, como previsto no SNUC, ou a seguir pactos territoriais coletivamente estabelecidos (Alencar 2007), ou normas de ajuste de conduta (Neves 2005). Diante das recorrentes situações de conflitos

que envolvem a disputa por recursos existentes nesses territórios, torna-se necessário compreender as bases sociais que fundamentam o processo de construção e administração dos diferentes territórios, as reivindicações e as relações de poder que permeiam os grupos sociais envolvidos nesse processo. Ao identificar os diferentes territórios que são utilizados por moradores das comunidades da reserva Amanã é possível conhecer os mecanismos de controle do acesso aos recursos naturais, a existência de áreas de uso comuns ou áreas de uso coletivo (Benatti 1999).

A análise dos conflitos socioambientais que ocorrem em Amanã aponta para a necessidade de se conhecer o processo de construção de territórios que hoje são controlados pelas distintas comunidades que formam a reserva, como também as questões fundiárias, questões ambientais, e a relação entre a promoção de políticas públicas e os projetos ambientais que visem a promoção do desenvolvimento sustentável. A questão da dinâmica demográfica e do crescimento populacional das comunidades de uma RDS deve ser entendido a partir da existência ou não de políticas públicas na área da saúde e da educação (Alencar 2005). A migração para a área urbana implica na perda de direitos sobre a exploração de recursos e sobre os territórios, mas o retorno de ex-moradores e as alianças que estabelecem com outros grupos sociais da área urbana são fontes permanentes de conflitos com os grupos que residem nas comunidades.

A relação entre uso de recursos naturais e o controle de territórios

Para entender o significado do território para os moradores das várias comunidades existentes em Amanã é necessário, inicialmente, conhecer o processo de constituição dos grupos sociais que hoje estão abrigados em torno de uma unidade demográfica referida como comunidade. A definição do conceito de comunidade na concepção local inclui formas específicas de organização política, formas de gestão coletiva do território e dos recursos; a existência de redes de parentesco estabelecidas no espaço, e a conservação de uma memória coletiva assentada no lugar (Alencar 2002 e 2007). Nesse sentido, a memória coletiva desempenha um papel importante como mecanismo de reforço dos vínculos que as populações locais constroem com seus territórios ao conservar a história da construção do território pelas gerações passadas. A memória do passado e o vínculo que é construído no presente através das ações continuadas sobre o espaço, são reforçados pelo pertencimento a um grupo de parentesco, principal elemento de reforço da identidade social desses moradores.

O processo de construção de territórios em Amanã somente pode ser entendido quando relacionado com alguns fatores sociais, como o sistema de produção econômica utilizado pelos moradores ao longo de várias décadas que influíram no tipo de recorte territorial existente no presente, representado pelas comunidades e seus territórios (Esterci 2002; Lima 1997; Alencar 2007), e por fatores ambientais, como a sazonalidade do ambiente caracterizada pela variação nos sistemas hídricos e de incidência de chuvas, e pela periodicidade da oferta de recursos naturais valorizados economicamente. Para compreender processos recentes de territorialização encontrados na área da Reserva Amanã, e sua relação com conflitos sociais e ambientais, torna-se necessário adotar uma perspectiva histórica de modo a considerar as mudanças que ocorreram nas formas tradicionais de apropriação coletiva de territórios sociais. Se em um passado recente o parentesco era um importante critério para a definição de direitos de acesso ao território e aos recursos naturais, no presente são outros valores e critérios de cunho ideológico que predominam, os quais ficam mais evidenciados nos processos recentes de territorialização, e nos conflitos sociais que envolvem o controle de territórios e a exploração dos recursos neles existentes.

Os conflitos envolvem, de um lado, famílias fundadoras dos grupos sociais que formam as comunidades, e que reivindicam direitos historicamente adquiridos baseadas na antiguidade da ocupação do lugar, e na construção do território; de outro lado, estão grupos de famílias que pleiteiam o reconhecimento como portadores de uma identidade particular fundada no pertencimento a um grupo étnico e, também, por grupos de famílias pertencentes a seitas religiosas de várias denominações, que se opõem a ideologia religiosa então predominante que é o catolicismo. Os conflitos retratam a divisão dos grupos sociais e geralmente levam ao surgimento de novas comunidades, onde os grupos divergentes buscam afirmar suas diferenças e construir sua autonomia a partir do controle de um determinado território.

A formação de novas comunidades gera novos conflitos porque o reconhecimento de novas identidades culturais pressupõe demandas territoriais que conflitam com os territórios historicamente estabelecidos (Alencar 2007), e tendem a potencializar conflitos que envolvem o acesso aos territórios e aos recursos naturais. As famílias ao se dividirem passam a demandar territórios exclusivos, os quais surgirão a partir da divisão de um território antes de domínio comum. Esse processo de divisão e redefinição dos territórios se apresenta como uma ameaça às estratégias políticas de ordenamento territorial e de uso sustentado de recursos naturais implementadas pela

administração da RDSA, e também está associada à dinâmica populacional, que consiste na mobilidade dos grupos domésticos dentro da RDSA e, em alguns casos, na migração para a área urbana.

O processo de formação das comunidades na área da Reserva Amanã está estreitamente relacionado com a formação de grupos sociais compostos por famílias que pertencem ao um mesmo grupo de parentela, e que possuem uma relação muito forte com os lugares e com os territórios que foram construídos por seus ancestrais. O pertencimento a uma família fundadora do lugar funciona como uma poderosa referência de identidade e serve para definir direitos, ou seja, quem pode ter acesso ao território e usufruir dos recursos naturais nele existente (Lima-Ayres 2000; Esterci 2002; Alencar 2002 e Alencar 2007).

Uma característica importante da organização política das comunidades é ênfase dada às atividades de gestão e manejo de recursos naturais, implementadas através de um modelo de gestão proposto pela Igreja Católica e implementado através da Prelazia de Tefé com as ações do MEB nos anos de 1970, e que se consolidou nos anos de 1980 (Alencar 2007). Posteriormente, no final da década de 1990 esses modelos foram incorporados e somados às novas propostas de gestão de recursos e de ordenamento territorial apresentadas pelo IDSM, que é a instituição que realiza a implementação da reserva Amanã. Ao incorporar os conhecimentos e saberes das populações locais, assim como as técnicas tradicionais de gestão de recursos, o IDSM está contribuindo para a conservação e a valorização dos conhecimentos e saberes dos moradores das comunidades sobre seus territórios, sobre o ambiente e sobre o comportamento de várias espécies animais.

Embora cada comunidade controle um território particular, os moradores dessas comunidades partilham uma história comum, e no passado também partilharam um mesmo território. No passado e no presente realizavam trocas econômicas, simbólicas e matrimoniais. Apesar desta história compartilhada, hoje eles se deparam com o processo de redefinição de suas identidades culturais, o que implicará na redefinição de territórios sociais historicamente construídos, e compartilhados. Controlar os territórios significa controlar o acesso e a exploração de recursos naturais importantes, principalmente peixe e madeira. Nesses territórios existem vários lagos piscosos onde é possível realizar atividades de manejo de espécies comercialmente mais valorizadas. Em alguns casos, a pesca é a principal fonte de ingressos financeiros para as famílias das comunidades que

combinam a pesca realizada nos lagos com a pesca de rio, onde fazem a captura dos grandes bagres no período do verão.

Caracterizando os atores em conflito

Sendo o território da Reserva um território englobante, espera-se que os ocupantes deste território maior se percebam enquanto parte de uma coletividade, partilhando interesses comuns, e promovendo o uso sustentado dos recursos naturais existentes nesse território (Alencar 2004). Entretanto, como o processo de construção do território das comunidades é anterior ao próprio processo de definição do território da Reserva, os conflitos sociais deixam claro que prevalece a defesa de territórios menores. Estes territórios são tornados significativos e particularizados pelos grupos sociais que neles residem e detém o controle do acesso aos recursos neles existentes. Esse aspecto torna evidente um critério muito utilizado por moradores das comunidades para definir quem pode ter acesso aos recursos e aos territórios, que é o pertencimento à comunidade. Portanto, não basta partilhar o mesmo status identitário e um território comum, o da Reserva, para ter o direito de explorar os recursos existentes nos territórios menores, os das comunidades. Os grupos sociais que formam as comunidades manipulam esses dois níveis de territorialidade de acordo com o contexto político, social e econômico nos quais são gerados os conflitos. Dependendo dos atores envolvidos nos conflitos, recorre-se uma ou outra referência de território.

Segundo registros feitos durante pesquisa realizada no setor Tijuaca (Alencar 2008), os conflitos estão relacionados a: a) uso de recursos naturais e ao acesso a territórios; b) uma produção econômica que tem na pesca a principal fonte de renda das famílias; c) a redução das áreas de terras disponível para a agricultura devido a fatores ambientais (terra caída) e sociais (crescimento da população); d) a criação de animais (porco e gado branco) de forma extensiva, que destroem as plantações; e) a entrada de pessoas “de fora” nas comunidades, geralmente oriundas da área urbana, atraídas pelo aumento da oferta do recurso pesqueiro. Essas pessoas estabelecem diferentes vínculos com os moradores, seja como comerciantes (realizando a compra de peixe e a venda de gelo e mercadorias), seja através do casamento, o que lhes dá direito de acesso aos recursos. Para garantir o direito de explorar os recursos naturais e participar das atividades de manejo, algumas pessoas recorrem a diferentes estratégias para se tornar moradores das comunidades, principalmente através do matrimônio, que garante o direito de uso do território e dos recursos. Mas os moradores das comunidades

definiram regras específicas, conhecidas como “políticas de ocupação” que prevê um período de observação que pode se estender por até um ano. Após este prazo os moradores, reunidos em assembléia, decidem pela permanência ou não do “novato” na comunidade. Apesar destas regras, tem sido freqüente a não observação deste prazo, principalmente quando há intervenção de certas lideranças que possuem interesses divergentes com aqueles promovidos pelo grupo como um todo.

Os principais atores envolvidos nos conflitos são os moradores que residem em uma mesma comunidade (conflitos intra-comunitários), e moradores de comunidades distintas que disputam os recursos de um território comum (conflitos inter-comunitários). Os interesses que mobilizam cada um deles estão relacionados com as alianças que eles contraem com pessoas de fora das comunidades e com a posição de poder que possuem dentro das comunidades. Tais fatores dificultam a realização da pactuação ou do ajuste de conduta, e a estes se pode acrescentar outros fatores: a) a existência de uma crise de lideranças comunitárias. As lideranças que sempre estiveram à frente da organização comunitária estão se afastando, muitas delas foram formadas nos anos 80 pela prelazia de Tefé, através do MEB, e não encontram substitutos cuja liderança seja capaz de agregar os comunitários e defender os interesses dos moradores. Esta crise está mais frequentemente associada às condutas e aos tipos de interações que algumas lideranças locais, mais jovens, estabelecem com pessoas “de fora”, pois tendem a colocar interesses particulares acima dos interesses coletivos. Agem de forma individual, seja arrendando lagos, ou pescando em lagos manejados, à revelia dos demais comunitários. Tais ações refletem negativamente sobre sua capacidade de construir um consenso dentro das comunidades; b) a existência de conflitos de outra natureza (diferenças ideológicas no âmbito religioso). A divisão dos moradores a partir de afiliação a credos religiosos não católicos tende a refletir em algumas práticas econômicas que contrariam acordos de manejo de recursos naturais; c) o fato da agregação dos moradores visando a realização de projetos de manejo de recursos ter como objetivo a exploração desses recursos para obtenção de renda monetária. Se no passado a agregação dos moradores estava associada ao partilhamento de uma ideologia que dava suporte a uma identidade (religião – catolicismo) e a uma identidade fundada no pertencimento a um grupo de parentesco (os fundadores do lugar), no presente a agregação se faz a partir de outros interesses; d) as tensões relacionadas aos processos de afirmação de identidades étnicas, que se manifestam na disputa pelo controle de recursos, de territórios e de serviços ofertados pelo Estado.

Dentre as consequências imediatas mais visíveis da crise de liderança está a desmobilização política interna das comunidades e a desmobilização das comunidades que formam os Setores da reserva Amanã; o acirramento de tensões e fissões dos grupos sociais; o desrespeito as regras de manejo e o não cumprimento dos acordos de pesca ou exploração de madeira; a dificuldade de construir diálogo, de buscar entendimento e realizar ajuste de conduta.

Conclusões

O trabalho procurou mostrar que os conflitos socioambientais são construídos nas relações sociais, sendo necessário conhecer sua historicidade, identificar os conflitos pré-existentes na comunidade e sua relação com projetos de manejo de recursos naturais visando a melhoria da renda das famílias. Não podemos relacionar os conflitos socioambientais apenas às políticas de promoção do desenvolvimento sustentável, uma vez que outros fatores estão presentes nestes cenários, como fatores sociais mencionados anteriormente, expresso em divergências ideológicas, e interesses econômicos diversos.

Considerando-se que os conflitos socioambientais são construídos nas relações sociais a temporalidade do conflito deve ser observada, e não corremos o risco de relacionar os conflitos socioambientais apenas às políticas de promoção do desenvolvimento sustentável. Para tanto, é necessário identificar os conflitos pré-existentes na comunidade e aqueles que, de alguma maneira, são “colocados em movimento” (Barbanti Jr. 2006) com a introdução de projetos de manejo de recursos naturais. Little (2006) chama a atenção para a temporalidade do conflito, ou seja, um conflito pode ficar latente por vários anos, sem que ele se manifeste, dependendo assim de fatores diversos para que o mesmo se torne visível. Trata-se de uma leitura do conflito que aponta para uma dinâmica interna do conflito que é alimentada pelas várias alianças que são formadas ou desfeitas, pelos vários grupos em conflito. Como os acordos de gestão de recursos tendem a normatizar o acesso a recursos naturais e a territórios, sempre há a possibilidade de reforçar tensões pré-existentes. Muitos destes grupos já conheciam ou até desenvolveram práticas de manejo de recursos naturais, mas tal prática era desvinculada da questão da conservação e da sustentabilidade do uso de recursos naturais, estando mais associada a interesses econômicos particulares, e pressupunha o controle de territórios particulares.

Considerando-se que não há uma agregação dos moradores a partir de um projeto de sociedade sustentável ou de uma identidade fundada numa ideologia conservacionista (Ferreira et ali. 2007), este projeto tende a ser construído a partir dos ganhos financeiros que eles podem obter com as atividades de manejo de recursos naturais. É isto que os motiva e os faz entrar em conflito com outros grupos sociais com os quais partilham recursos e territórios. Tal afirmação não quer dizer que consideramos tais grupos como um reflexo da condição pós-moderna, ou seja, que eles reproduzam uma situação social fragmentada, uma vez que se organizariam entorno de projetos de caráter pragmático e pontual, como mostra Finger (1996). Pois a partir do momento em que eles se organizam para desenvolver projetos coletivos de gestão de recursos, e com isso podem ter algum retorno material, no momento em que os acordos e pactos são rompidos - e isso reflete negativamente no resultado final das atividades de gestão - ou seja, se eles não conseguem extrair os recursos na quantidade e nas condições estabelecidas pela legislação - a tendência é que retomem os pactos, reforcem regras e acordos. Isso seria uma demonstração de estariam compreendendo o significado do termo “sustentável” – não pela assimilação de uma ideologia ou pelo simples acatamento de uma imposição feita por órgãos ou agentes ambientalistas – mas como sendo a garantia da disponibilidade dos recursos no futuro. Para isso eles precisam agir no presente, ou seja, seguir o que foi determinado nos acordos realizados de forma comunitária.

Agradecimentos

Ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá –IDSM e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pelo apoio financeiro na realização da pesquisa.

Bibliografia

- ALENCAR, Edna Ferreira. 2002. *Terra caída: encanto, lugares e identidades*. Brasília, 245p. Tese de doutorado em Antropologia, Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia.
- ALENCAR, E. F. 2004. De conservador a destruidor: as representações sobre o índio na região do Alto Solimões In: XXIV REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA: Nação e Cidadania, 2004, Recife. XXIV REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA: Nação e Cidadania. , 2004. v.1. p.310 - 310

- ALENCAR, Edna F. 2007. História da ocupação humana e mobilidade de comunidades rurais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Relatório Final. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá / MCT - Sociedade Civil Mamirauá.. Tefé, Am.
- AYRES, J.M., Moura, E.F., Lima-Ayres, D. de M. 1994. “Estação Ecológica Mamirauá: o desafio de preservar a várzea na Amazônia”. In: *Trópico em Movimento: alternativas contra a pobreza e a destruição ambiental no trópico úmido*. Belém: UFPa, POEMA.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 2004. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimento sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.6, n.1, p.9-32.
- BARBANTI JR, O. *Conflitos socioambientais: teorias e práticas*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006. Tese de Doutorado.
- BECKER, Berta K. “A geografia e o resgate da geopolítica”. *Revista Brasileira de Geografia*, 50, pp. 99-125, 1988.
- _____. 1990a *Amazônia*. São Paulo, Ática,. (Série “Princípios”, nº 192)
- _____. 1990b. “Gestão do território e territorialidade na Amazônia – A CVRD e os garimpeiros na província mineral de Carajás”. In: BECKER, Berta K. *et al.*, *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília, Editora UnB, pp. 197-214
- BENATTI, José H. 2001. *Presença Humana em Unidades de Conservação: um impasse científico, jurídico ou político?* In: Capobianco, João P. R. *et al.* (orgs.). Biodiversidade Amazônica - Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios. Instituto Socioambiental.
- DRUMOND, M. A. 2002. Participação comunitária no manejo de unidades de conservação: manual de técnicas e ferramentas. Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Sócio-Ambiental. 81p.
- DRUMMOND, José August. 2006. A primazia dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental contemporânea. IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21 nº. 62 outubro
- ESTERCI, Neide. 2002. Conflitos Ambientis e Processos Classificatórios na Amazônia brasileira. In: Boletim Rede Amazônia - Ano 1 nº 1.
- FURTADO, Tereza. Relatório Técnico de Bolsa de Pesquisa. Programa de Gestão Comunitária/IDSM. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – Área Subsidiária. Tefé 2005.
- LIMA, Deborah de Magalhães & ALENCAR, Edna Ferreira. 2000. “Histórico da Ocupação Humana e Mobilidade Geográfica de Assentamentos na Várzea do Médio Solimões”. In: Haroldo Torres e Heloisa Monteiro (eds.), *Populações e Meio Ambiente*. Brasília: SENAC & Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), pp: 133-161.
- LIMA, D. and E. ALENCAR. 2001. A lembrança da História: memória social, ambiente e identidade na várzea do médio Solimões. **Lusotopie** 2001 pp27-48
- LIMA, D. 1992. *The social category caboclo: history, social organisation and outsiders social classification of the rural population of an Amazonian region*. Ph.D thesis, University of Cambridge
- LIMA, Deborah de M., 1999. “Equidade, Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia”. In: *Faces do trópico Úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. CASTRO, E., PINTON, F. (eds). Belém: CEJUP.

- LITTLE, Paul. "Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico." *Revista Horizontes Antropológicos*. V. 12, n. 25, Porto Alegre. Jan/jun 2006.
- MOURA, Edila & REIS, Marise, 1997.
"Plano de manejo da reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá: primeira avaliação das comunidades envolvidas". Tefé, Manuscrito.
- NEVES, Adolfo Oliveira. 2009. *Conflitos constituintes da afirmação de identidade étnica indígena e da demarcação de terras indígenas na área das reservas Mamirauá e Amaná*. Relatório Parcial de Pesquisa. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM. Tefé.
- RIOS, A. V. V. Populações humanas em áreas protegidas. In: LIMA, A. (org.), 2001. *Aspectos jurídicos da proteção da Mata Atlântica*. Documentos do ISA, n. 07, São Paulo. Instituto Socioambiental. 2001. pp. 3-59.
- SIMMEL, Georg. 1983. "Formalismo sociológico e a teoria do conflito". "A competição". IN: Evaristo Moraes Filho (Org.) *Sociologia Georg Simmel*. Editora Atica.